

Culturas e História dos Povos Indígenas

Denise Pereira
Janaina de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Culturas e História dos Povos Indígenas

Denise Pereira
Janaina de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Culturas e história dos povos indígenas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Culturas e história dos povos indígenas [recurso eletrônico]
/ Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do
Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-366-8

DOI 10.22533/at.ed.668201609

1. Etnologia. 2. Povos indígenas – História. I. Pereira,
Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula.

CDD 980.41

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Há, na construção tradição narrativa da realidade brasileira, ou do “Mito fundador” como chamou a Marilena Chauí, um lugar constante para as culturas e povos indígenas. Um lugar passivo, esquecido, padrão como toda tradição inventada: em que o real não ocupa tanto espaço quanto o que se espera ser: um indígena que não ocupa os dias atuais, mas pertencem a dias esquecidos como influência.

Não é assim, por mais força que essa imagem tenha no senso comum, que os povos indígenas ocupam seus espaços e lutam por direitos, reconhecimento e conhecimento nos dias atuais. De fato, a própria ideia de “indígena» pode acabar por mascarar a realidade dos grupos e povos e identidades diversas que nos cabem no Brasil. Em todos os continentes, os povos indígenas permanecem enfrentando massiva discriminação, com impactos agravados quando se encontram em situação de minorias, étnicas e lingüísticas. Por isso é extremamente importante a reflexão proposta sobre esse tema. Na tentativa de avançar na desconstrução desse espaço imaginário do indígena mítico, que tem que ser substituído pelo reconhecimento de suas culturas ricas e diversas e de sua luta incessante. Essa cultura vasta e diversificada.

Disponos no Brasil de uma miríade de culturas e saberes, realidades materiais e imateriais. Tomar como objeto, significa, como bem lembra Manuela Carneiro da Cunha (1998) – a cultura global não existe como um imperativo absolutos, enquanto reconhecermos que o local não perde seu poder. Muito pelo contrário, continuam presentes e ativos, com seu espaço e presença enquanto objeto de investigação e de construção da realidade social brasileira.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A CRIANÇA GUARANI E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INFANTIL INDÍGENA NA ALDEIA KRUKUTU

Edna Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.6682016091

CAPÍTULO 2..... 13

DISCUSSÃO E CONSTRUÇÃO DE CURRÍCULO NAS ESCOLAS INDÍGENAS DOS POVOS DA REGIÃO DO TAPAJÓS-ARAPIUNS – AMAZÔNIA – BRASIL

Claudio Emidio-Silva

Rita de Cassia Almeida-Silva

Maria Lucia Martins Pedrosa Marra

DOI 10.22533/at.ed.6682016092

CAPÍTULO 3..... 23

DESAFIO DOCENTE E AS PRÁTICAS INCLUSIVAS: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA ESCOLA INDÍGENA DE RORAIMA

Catarina Janira Padilha

Leila Soares de Souza Perussolo

DOI 10.22533/at.ed.6682016093

CAPÍTULO 4 37

A FUNÇÃO AFIRMATIVA DA BIBLIOTECA ESCOLAR COM A MANUTENÇÃO DA CULTURA INDÍGENA

Carla Patrícia Martins Albuquerque

Paulo Roberto de Souza Freitas

DOI 10.22533/at.ed.6682016094

CAPÍTULO 5..... 51

ANÁLISE DO ENSINO PRATICADO EM UMA ESCOLA INDÍGENA: O CASO DA ALDEIA TUXA EM IBOTIRAMA, BAHIA

Adriana Maria dos Santos

Fábio de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.6682016095

CAPÍTULO 6..... 63

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NO ALTO RIO NEGRO: ACESSO À EDUCAÇÃO NO CAMPUS IFAM – SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM

Luclécia Cristina Moraes da Silva

Roberta Enir Faria Neves de Lima

Jefferson Aristiano Vargas

Maria Isabel Oliveira Silva

Joscival Vasconcelos Reis

Edilson Martins Melgueiro

DOI 10.22533/at.ed.6682016096

CAPÍTULO 7	77
CANÇÕES DO GRUPO RAÍZES CABOCLAS: A PRESENÇA DO LÉXICO INDÍGENA APLICADA À PEDAGOGIA DO ENSINO BÁSICO	
Karen Francis Maia	
Renato Antônio Brandão Medeiros Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.6682016097	
CAPÍTULO 8	88
DESCOLONIZANDO SABERES: UM DESPERTAR COM A TERRA NO ESTUDO DE OUTRAS EPISTEMOLOGIAS	
Aida Brandão Leal	
Rafaela Werneck Arenari	
Janaína Mariano César	
DOI 10.22533/at.ed.6682016098	
CAPÍTULO 9	97
TRABALHO CÊNICO E TEÓRICO: “IKUÃNI” O CORPO DA ANCESTRALIDADE	
Regina Cláudia Moraes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6682016099	
CAPÍTULO 10	107
AUDIOVISUAL E CULTURA INDÍGENA NOS CURTAS METRAGENS DE ADEMILSON “KIKI” CONCIANZA	
Nicolly Cardoso Tiradentes de Souza	
Carolina Fernandes da Silva Mandaji	
DOI 10.22533/at.ed.66820160910	
CAPÍTULO 11	119
ORALIDADES, MEMÓRIAS E NARRATIVAS MĚBĚNGÔKRE: HISTÓRIAS DE UM POVO “SEM ESCRITA”	
Dilma Costa Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.66820160911	
CAPÍTULO 12	132
MEMÓRIAS DE FAMÍLIA: RECONSTRUINDO A HISTÓRIA DE JOÃO TOMÁS, REVELA-SE UM PEDAÇO DA HISTÓRIA PANKARARU E DOS ÍNDIOS NO NORDESTE	
Alberto Reani	
Josélia Ramos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66820160912	
CAPÍTULO 13	146
O MOCORORÓ E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS POVOS INDÍGENAS DO LITORAL CEARENSE - RESISTÊNCIA E ESPIRITUALIDADE NOS MODOS DE FAZER E CONSUMIR	
Carolinne Melo dos Santos	
Anna Erika Ferreira Lima	
Ana Cristina da Silva Moraes	

Mateus de Castro Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.66820160913

CAPÍTULO 14..... 160

INDICADORES NATURALES SOBRE LAS VARIACIONES CLIMÁTICAS QUE UTILIZAN LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE LA AMAZONÍA PERUANA: CASO DE CUATRO COMUNIDADES NATIVAS DE UCAYALI Y MADRE DE DIOS.

Yolanda Ramírez Villacorta

Oliverio Llanos Pajares

DOI 10.22533/at.ed.66820160914

CAPÍTULO 15..... 175

MANEJO FORESTAL DE BOSQUES COMUNALES: ESTRATEGIA PARA LA MITIGACIÓN Y ADAPTACIÓN AL CAMBIO CLIMÁTICO EN COMUNIDADES NATIVAS AMAZÓNICAS DEL PERÚ

Yolanda Ramírez Villacorta

DOI 10.22533/at.ed.66820160915

CAPÍTULO 16..... 187

PROCESOS DE DESCOLONIZACIÓN A PARTIR DE LA “EXPERIENCIA DE LA EXTRAÑEZA” COMO UNA EPISTEMOLOGÍA CONTRAHEGEMÓNICA PARA LAS TRANSFORMACIONES GLOBALES. UNA PERSPECTIVA FEMINISTA

Cornelia Giebeler

DOI 10.22533/at.ed.66820160916

CAPÍTULO 17..... 202

DA LÍNGUA AMEAÇADA ÀS POLÍTICAS DE FORTALECIMENTO: ASPECTOS DA SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DOS ASURINI DO XINGU

Rodrigo Mesquita

Adriane Melo de Castro Menezes

DOI 10.22533/at.ed.66820160917

CAPÍTULO 18..... 218

AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS IMPASSES INTERÉTNICOS NA EFETIVAÇÃO DO CONSELHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS DO TOCANTINS

Adriana Tigre Lacerda Nilo

DOI 10.22533/at.ed.66820160918

CAPÍTULO 19..... 229

WARMIPANGUI: CUERPO EN DISPUTA, CONTROL Y DOMINACIÓN

Enoc Moisés Merino Santi

DOI 10.22533/at.ed.66820160919

CAPÍTULO 20..... 238

TERRITORIO ZAPATISTA Y POLÍTICA CIUDADANA

Gloria Patricia Ledesma Ríos

Nancy Zarate Castillo

DOI 10.22533/at.ed.66820160920

CAPÍTULO 21.....248

A EXPERIÊNCIA DOS ‘ESCRAVOS DE CONDIÇÃO’ NO PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DO ESCRAVISMO INDÍGENA DO SÉCULO XVII

Antonio Martins Ramos

DOI 10.22533/at.ed.66820160921

CAPÍTULO 22.....258

INVESTIGAÇÃO DO USO DE ÁLCOOL EM INDÍGENAS KARIPUNA

Fernanda Matos Fernandes Castelo Branco

Divane de Vargas

DOI 10.22533/at.ed.66820160922

CAPÍTULO 23.....271

PARA ADIAR O FIM DO MUNDO: RESISTÊNCIAS NO PENSAMENTO-AÇÃO DE AILTON KRENAK

Fernanda Elias Zaccarelli Salgueiro

DOI 10.22533/at.ed.66820160923

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....283

ÍNDICE REMISSIVO.....284

ANÁLISE DO ENSINO PRATICADO EM UMA ESCOLA INDÍGENA: O CASO DA ALDEIA TUXA EM IBOTIRAMA, BAHIA

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/2020

Adriana Maria dos Santos

Universidade do Estado da Bahia,
Departamento de Ciências Humanas – *Campus*
IX, Barreiras – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/3336111248309978>

Fábio de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia,
Departamento de Ciências Humanas – *Campus*
IX, Barreiras – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/0024799567828072>

RESUMO: Ao longo da história da educação escolar no Brasil, povos de diferentes etnias indígenas, travaram grandes lutas para que seus direitos fossem reconhecidos e assegurados por lei. Essa condição somente se materializou, a partir da Constituição Federal de 1988. Em se tratando das diferentes áreas do saber a escola indígena não está alheia as dificuldades e aos desafios do processo educativo. Diante desse cenário o estudo se ateve ao seguinte objetivo: Analisar se há consonância entre o ensino praticado no Colégio Estadual Indígena Marechal Rondon em consideração aos conhecimentos tradicionais da cultura Tuxa do Assentamento Terra Indígena Tuxa, no município de Ibotirama, região Oeste da Bahia. A pesquisa se limitou ao universo docente, contemplando 6 professores incluindo o diretor no período de outubro a novembro de 2019. A coleta de dados ocorreu por meio da

aplicação de questionário em que os resultados da investigação foram avaliados através de uma abordagem qualitativa e da metodologia de análise do conteúdo. Constatou-se empenho do corpo docente e diretivo em assimilar a cultura indígena para dentro do ambiente escolar através da inclusão de atividades culturais e exposições que priorizem os saberes tradicionais da etnia Tuxa. Esse movimento de valorização e de resgate da identidade é facilitado em razão da grande maioria dos membros da escola se auto-declararem indígenas. O desafio que se projeta para a escola perpassa por um processo de reformulação e adoção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) que expresse os saberes culturais da etnia Tuxa e favoreça em ações afirmativas de valorização e fortalecimento da cultura tradicional. Cumpre as poder público, viabilizar o contingente de livros e materiais-didáticos contextualizados a educação indígena com foco no fortalecimento de costumes e na vivência da própria aldeia, além de aumento da oferta e da acessibilidade para as atividades relacionadas a educação continuada.

PALAVRAS-CHAVE: Etnias indígenas; Conhecimentos tradicionais; Cultura Tuxa; Assentamento Terra Indígena Tuxa; Educação indígena.

ANALYSIS OF TEACHING PRACTICED IN AN INDIGENOUS SCHOOL: THE CASE OF VILLAGE TUXA IN IBOTIRAMA, BAHIA

ABSTRACT: Throughout the history of school education in Brazil, people of different indigenous ethnicities have fought great struggles to ensure

that their rights are recognized and guaranteed by law. This condition only materialized, starting with the Federal Constitution of 1988. When it comes to the different areas of knowledge, the indigenous school is not unaware of the difficulties and challenges of the educational process. Given this scenario, the study focused on the following objective: To analyze whether there is consonance between the teaching practiced at the Colégio Estadual Indígena Marechal Rondon in consideration of the traditional knowledge of the Tuxa culture of the Terra Indígena Tuxa settlement, in the municipality of Ibotirama, in the western region of Bahia. The research was limited to the teaching universe, including 6 professors including the director from October to November 2019. Data collection occurred through the application of a questionnaire in which the results of the investigation were assessed through a qualitative approach and the methodology content analysis. There was a commitment by the teaching staff and directors to assimilate indigenous culture into the school environment through the inclusion of cultural activities and exhibitions that prioritize traditional knowledge of the Tuxa ethnic group. This movement of valuing and recovering identity is facilitated because the vast majority of school members declare themselves to be indigenous. The challenge that is projected for the school goes through a process of reformulation and adoption of a Political Pedagogical Project (PPP) that expresses the cultural knowledge of the Tuxa ethnicity and favors in affirmative actions of valorization and strengthening of the traditional culture. The State Department of Education is responsible for making the contingent of books and teaching materials contextualized to indigenous education with a focus on strengthening customs and the experience of the village itself, in addition to increasing the offer and accessibility for activities related to continuing education.

KEYWORDS: Indigenous ethnic groups; Traditional knowledge; Tuxa Culture; Tuxa Indigenous Land Settlement; Indigenous education.

1 | INTRODUÇÃO

No início da colonização do Brasil, os europeus impuseram sobre os povos nativos um modelo de educação que não condizia com sua cultura, seus costumes e suas crenças. Nesse processo de educação indígena, o intuito era civilizar e catequisar as etnias, desconsiderando suas tradições, para que desse modo fossem inseridos na sociedade nacional.

Esse processo de colonização no Brasil, além de escravizar e catequisar os índios durante a ampliação mercantilista europeia culminou na destruição de muitas etnias, impossibilitando conhecimento sobre as vivências históricas, valores e percepção de mundo.

Povos de diferentes etnias indígenas, ao longo da história da educação escolar brasileira, travaram grandes embates para que seus direitos fossem conquistados. Foi a partir da Constituição de 1988 que a educação escolar indígena passou a se desenvolver, valorizando os saberes particulares de cada etnia, bem como seus métodos tradicionais de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, apesar de inúmeras conquistas obtidas pelos povos indígenas, dentro desse processo de ensino e aprendizagem, hoje ainda há escolas

que não contemplam essa diferenciação em sua totalidade.

Considerando que o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), serve de suporte para que essa educação diferenciada aconteça, faz-se necessário inserir nas comunidades indígenas uma escola que contemple dentro de sua política pedagógica uma educação diferenciada, bilíngue e que agregue valor aos saberes e tradições da etnia de cada povo.

Diante desse cenário, está pesquisa se restringiu a buscar elementos que respondessem ao seguinte questionamento: Existe uma relação dialógica entre o ensino ofertado no Colégio Estadual Indígena Marechal Rondon, em face aos saberes tradicionais da cultura Tuxa do Assentamento Terra Indígena Tuxa, no município de Ibotirama, região Oeste da Bahia? Por sua vez, o objetivo se desdobrou em analisar se há consonância entre o ensino praticado no ambiente escolar em consideração aos conhecimentos da cultura Tuxa.

1.1 Educação escolar indígena no Brasil

Inicia-se por volta do século XVI, às primeiras definições históricas e literárias sobre o Brasil, período em que se deu a chegada dos portugueses e o nascimento das primeiras narrativas sobre a natureza e hábitos dos índios (OLIVEIRA, 2015). O desconhecimento, em relação à maneira de viver desses povos nativos, antecedendo a chegada dos portugueses, é muito grande, pois as narrativas apresentadas relatam mais da época dos europeus, do que dos indígenas, o que caracteriza-se em um campo de estudo pouco explorado por antropólogos, arqueólogos, historiadores e linguistas (RUSSO; PALADINO, 2016).

Segundo dados Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2020), no Brasil, vivem pouco mais de 896.917 pessoas que se declaram indígenas. O fato é que, com a chegada de Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500, calculava-se que aproximadamente cinco milhões de nativos ocupavam o atual território brasileiro (SANTOS, 2006).

A partir da colonização dessas terras, as vidas dos índios se entrelaçaram as vidas dos europeus, causando um choque de cultura, costumes e crenças. Momento em que ocasionou muitas tragédias como: guerras, trabalhos forçados, escravização. Os ditos “rebeldes”, eram dominados, vencidos e muitas vezes eram mortos (ALMEIDA, 2017).

Intencionalmente o modelo de educação indígena imposto ao longo da história visou aculturar os índios, para que os mesmos fossem inseridos na sociedade, negando a diferenciação de cultura e valores os quais possuíam. Segundo Marqui e Beltrame (2017), as narrativas das primeiras escolas indígenas no Brasil, aconteceram no processo de colonização portuguesa, realizando-se principalmente pela participação dos jesuítas, grupos de missionários que tinham como objetivo converter os nativos à fé cristã.

No ano de 1910, criou-se o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), pelo estado brasileiro, objetivando dedicar-se mais a questão da escolarização, um marco na história da educação

indígena (MARQUI; BELTRAME, 2017).

Conforme Bergamaschi e Medeiros (2010) as escolas técnicas desse período, norteadas através dos objetivos propostos pelo SPI, desenvolveram um trabalho, com intuito de formar mão de obra, constituindo assim o cenário da educação escolar indígena, onde o modelo integrador apontava para o extermínio dos povos nativos.

No ano de 1967, ocorreu a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), substituindo assim o SPI. Nesse sentido, ocorreram algumas mudanças significativas dentro das práticas escolares, destacando o trabalho do Summer Institute of Linguistics (SIL), onde mediante convênio firmado com o estado brasileiro, encaminhou linguistas de outras nacionalidades para áreas indígenas, os quais atuavam em criar a escrita da língua de diversos povos (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010).

As conquistas dos povos indígenas ao longo do tempo decorrem de um cenário de lutas travadas, as quais reivindicam seus direitos pela diferença, crença, saúde, terras e uma educação indígena diferenciada sejam garantidos. Nessa perspectiva, Silva e Linhares (2018) afirmam que com a Constituição de 1988, foi assegurado às populações indígenas o seu pleno direito a cidadania e a sua identidade diferenciada, onde libertos da tutela do estado, iniciou-se o reconhecimento das manifestações culturais e de uma educação diferenciada e bilíngue, amparada por vários textos legais.

1.2 As leis e a educação escolar indígena

A constituição de 1988 ocasionou grandes mudanças políticas que deram um novo rumo à educação escolar indígena. No início dos anos de 1990, em consequência das mudanças políticas, advindas a partir da constituição de 1988 a Coordenação da Educação Escolar Indígena passa a ser de competência do Ministério da Educação (MEC), onde a responsabilidade de execução das ações passa a ser dos municípios e estados (MARQUI; BELTRAME, 2017).

Na década de 1990, as mudanças na área da educação continuaram a ocorrer e foi criado a Coordenação Geral de Educação Indígena, passando a compor a Secretaria de Educação Fundamental (SEF). Nesse mesmo período foi criado o Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena, que nos dias atuais, compete a (SECAD) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (FREIRE, 2013).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172 de 09/01/2001) (BRASIL, 2001) ratificaram algumas questões já expostas na Constituição Federal, sendo mais abrangente, mencionando-se pela primeira vez a confirmação de uma educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com currículo, projeto pedagógico, material didático e formação específica de professores (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010; SILVA; LINHARES, 2018). Nesse sentido, Freire (2013) afirma que fundamentado nessa publicação, o MEC criou diferentes documentos alusivos à educação escolar indígena

como: o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) (BRASIL, 1998), a Resolução nº 03/99 e o Parecer nº 14/99 (BRASIL, 1999), que originaram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Documentos que determinam a categoria escolar indígena.

A educação escolar indígena passou por várias mudanças legais. O custeamento e assistência da educação escolar indígena passaram a ser de responsabilidade do Governo Federal, com isenção das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios (FREIRE, 2013). Ainda dentro desse processo, Bergamaschi e Medeiros (2010), apontam que em 2001 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), onde foi destinado nesse documento um capítulo específico à educação escolar indígena.

Solidificadas por leis, as escolas indígenas no Brasil se asseguram como escolas específicas e diferenciadas. Nesse sentido, de acordo Silva (2019), agregando-se a constituição de 1988 em relação à educação indígena e ao Referencial Curricular Nacional para a Escola Indígena, as Diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena e o Plano Nacional de Educação Indígena compõem os instrumentos documentais que estabelecem um ensino intercultural, que atenda de maneira diferenciada à comunidade.

1.3 A formação de professores para as escolas indígenas

O conteúdo indígena, no que diz respeito à esfera escolar, geralmente está associado às Ciências Humanas, porém a interdisciplinaridade do tema é proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997), como método para fundamentar uma sociedade amistosa, livre e justa; é fortalecida pela Lei 11.645/08 (BRASIL, 2008), a qual estabelece que os estudos de história e da cultura indígena sejam inseridos em todas as instituições de educação básica do país de forma obrigatória (KOEPE; BORGES; LAHM, 2014).

De acordo Bruno e Coelho (2016), na inserção desse modelo de educação, enfrentam-se inúmeros desafios, como: a tradição cultural, os mitos e os ritos que são formados historicamente nas crianças pela família, de maneira que não se pode desassociar desse indivíduo.

Nessa perspectiva, conforme Mizzeti, Teixeira e Krolow (2017) alguns temas, especificamente àqueles referentes às Ciências, tendem a ser ainda mais difíceis de ser contextualizados, considerando o que é proposto pelo modelo de escola atual frente aos saberes adquiridos pelos indígenas em suas vivências. Pode-se inferir que a educação escolar indígena está pautada em uma via de mão dupla, onde a ministração dos conteúdos exigidos pela escola formal se entrelaçam com os saberes arraigados de seus antepassados.

Foi elaborado em 1998, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI). Segundo Souza (2008), é um dos documentos mais completos na esfera nacional, no que tange a educação escolar indígena. Corroborando com essa afirmativa, Pereira

e Maciel (2014), destacam que o RCNEI é referência para a educação escolar indígena no país, visto que sua finalidade principal é auxiliar no direcionamento da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada escola indígena. Considera-se que cada escola retrate a sociodiversidade em contextos próprios e diferenciados, caracterizados como os princípios norteadores desse modelo de ensino.

Dentro do processo formal de ensino, existem inúmeros instrumentos que podem ser utilizados para expor diferentes temas como: livros, revistas, paradidáticos e etc. Lopes (2015) afirma que o livro didático (LD), permanece sendo na realidade das escolas brasileiras, um dos instrumentos básicos utilizados pelo professor em sala de aula, e muitas vezes o único, apesar do surgimento de diferentes recursos, sobretudo no mundo digital.

Dentro desse contexto, as escolas indígenas não se diferem dessa realidade, pois na maioria das vezes, os materiais disponibilizados pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) se configuram como insuficientes e descontextualizados do cotidiano das comunidades. Deste modo, faz-se necessário, a busca por obras literárias alternativas, pois é notório que o conhecimento empírico de alunos indígenas advém dos anciãos da aldeia e estão associados com plantas, animais, água, ar em movimentos e outras relações Homem-Natureza (MIZZETI; TEIXEIRA; KROLOW, 2017).

No que se refere à formação de professores, para que a educação indígena se concretize como diferenciada, específica e satisfatória às singularidades indígenas, é imprescindível que os profissionais que atuam nas escolas pertençam às comunidades envolvidas no processo escolar. Este ponto é pertinente por considerar que os estudantes serão melhor atendidos por professores índios, que deverão ter cursos específicos de formação inicial e continuada, perante a coordenação geral e apoiado financeiramente pelo Ministério da Educação (TAMAYO-OSORIO, 2016).

21 O POVO TUXÁ E A SUA IDENTIDADE TERRITORIAL

Os índios Tuxá se autointitulam “Índio Tuxá, nação Proká, caboclos de arco e flecha e maracá”. Esses índios fazem parte da nação Proká e tem como língua o Dzubukuá, uma língua que pertence à família linguística Karirí (VIEIRA; SANTOS; CARELLI, 2015).

O povo Tuxá abrange uma população com cerca de 1000 indivíduos, divididas em 214 famílias. Foi o segundo povo indígena reconhecido durante o século XX, no estado da Bahia, sendo o terceiro no nordeste. Em um processo denominado “levantar aldeia” os Tuxá tiveram um papel importante ao declarar e reconhecer sua etnia juntamente com mestres e lideranças (SALOMÃO, 2006). O autor relata ainda que os Tuxá são historicamente descendentes de índios rodeleiros, que moravam no médio São Francisco. Eram chamados de índios rodeleiros devido a forte relação que tinham com o capitão Francisco Rodelas.

Os Tuxá conviveram com diversos grupos de aldeias formados pelos jesuítas durante o século XVII. Tais grupos apresentavam linguagem distinta e com isso os Tuxá

buscaram o português como língua geral (BARTOLOMÉ, 2006). Segundo Santos (2008), o povo Tuxá anteriormente à construção da barragem de Itaparica localizava-se no Norte do estado da Bahia, os quais partiram da ilha de Surubabel ou Sorobabel, onde na atualidade dividem-se em três grandes grupos que vivem nos municípios de Ibotirama e Rodelas na Bahia e Inajá, no estado do Pernambuco.

Para se entender o atual cenário do povo Tuxá, é necessário considerar o decisivo acontecimento que foi a Hidrelétrica de Itaparica, obra realizada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), a qual provocou transformações violentas na paisagem local e na maneira de viver desse povo (CRUZ, 2017).

Dentro desse contexto pode-se afirmar que, o povo Tuxá sofreu grande perda territorial com a implantação da barragem de Itaparica, onde suas ilhas foram alagadas, resultando numa quebra cultural, perda de identidade, desequilíbrio na organização do modo de vida da comunidade e uma separação dos indivíduos residentes nesse território (VIEIRA; SANTOS; CARELLI, 2015).

3 | METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no Colégio Estadual Indígena Marechal Rondon na comunidade indígena Aldeia Tuxá, zona rural do município de Ibotirama, estado da Bahia. A comunidade está situada a 12km da cidade de Ibotirama, sendo constituída por 348 pessoas, as quais se sustentam principalmente da agricultura familiar. O colégio tem um total de 200 alunos e contempla os níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Médio e EJA.

A pesquisa transcorreu no ambiente escolar no período de outubro a dezembro de 2019 e envolveu 6 docentes incluindo o diretor. O fio condutor dessa investigação buscou se fundamentar nos preceitos éticos adotando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) como instrumento de anuência para adesão do partícipe na pesquisa.

A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de questionário composto por 7 questões visando buscar elementos que fundamentem a resposta ao questionamento dessa pesquisa. No entendimento de Marconi e Lakatos (2003), os questionários tendem a atingir um número maior de pessoas respectivamente, há maior liberdade nos retornos e mais garantia pelo fato de os mesmos não serem identificados.

Os resultados da investigação foram avaliados através de uma abordagem qualitativa e o método utilizado para analisar os dados foi a análise de conteúdo que segundo Silva, Gobbi e Simão (2005), surgem como instrumento para a compreensão da construção de significado que os atores sociais externam na narrativa.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através do questionário, observou-se que a escola não atende exclusivamente aos estudantes residentes na Aldeia Tuxá mas também a comunidade quilombola Saco Grande. Para autores como Santos e Serrão (2017) a escola é espaço em que há diversidade de crença e culturas, valores e conceitos, é um ambiente multicultural quando uma ou mais culturas interagem entre si.

No quadro de professores todos se autodeclararam indígenas, o mesmo ocorrendo com os alunos, com exceção dos discentes da comunidade quilombola. Para que a educação indígena se torne específica, a mesma deve se adequar perante as particularidades culturais das comunidades indígenas. É indispensável que os professores exerçam suas habilidades nas escolas os quais pertençam ao mesmo grupo indígena (SOUZA, 2008).

Quando perguntados se o Projeto Político Pedagógico (PPP) do colégio contemplava em sua redação a cultura indígena Tuxá. Todos relataram que o mesmo se encontra em reformulação. Nesse sentido, é importante salientar que o Colégio Estadual Indígena Marechal Rondon, até o ano de 2010 era gerido pela Secretaria Municipal de Educação de Ibotirama, o qual a partir do referido ano suas diretrizes passaram a ser de competência do Estado da Bahia.

Para Mizetti, Teixeira e Krolow (2017) diante da integração das ações pedagógicas no âmbito escolar, deve contar com um Projeto Político Pedagógico adequado e coerente com a proposta de ensino. No entanto, para o aluno indígena, o conhecimento empírico que advém dos mais velhos da aldeia torna esse processo complexo, pois em determinados assuntos, como por exemplo, as relações homem-natureza, a explicação muitas vezes necessita de ferramentas adequadas para ampliar e justificar o conhecimento e para isso precisa ser adaptado para a escola.

Quando questionados sobre os materiais pedagógicos utilizados. Todos responderam que os materiais disponibilizados ainda são escassos, no entanto, todos os professores e o diretor, afirmaram utilizar o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) como recurso, que orienta os professores como trabalhar de acordo cada disciplina. A aldeia faz uso de um livro paradidático intitulado “Os Tuxá de Ibotirama”, que foi produzido por uma turma de magistério indígena do estado da Bahia.

Diante desse contexto, Mizetti, Teixeira e Krolow (2017), explicam que os acervos que são enviados para as escolas indígenas, no caso do RCNEI, não são suficientes, pois foge das vivências indígenas, e com isso, a comunidade busca por obras de literatura alternativa, a fim de proporcionar ao aluno conhecimento cultural que advém da própria aldeia, como o livro descrito.

Foi verificado que 42% dos professores têm nível superior e atuam em suas respectivas áreas. Por vezes precisam ministrar mais de uma disciplina para completar a carga horária. O percentual para os demais professores é distribuído entre os que têm e

ainda estão cursando o magistério. O magistério de nível médio tem sido a formação de professores indígenas, fator que dificulta a temática da alfabetização científica e tecnológica no ensino de ciências nas escolas indígenas (PEREIRA; MACIEL 2014).

Quando perguntado se existe oferta de cursos de educação continuada voltada para a educação indígena, promovido pela Secretaria Estadual de Educação. Todos responderam que sim e que são importantes para valorizar a cultura indígena, porém essas atividades deveriam ocorrer mais vezes durante o ano letivo e dentro da aldeia. Foi frisado que muitos professores deixam de cursar, diante da distância da aldeia.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que foi propagada no ano de 1996 aponta a necessidade de cursos específicos para a formação de professores indígenas e assim, garantir acesso e informações às comunidades indígenas sobre os conhecimentos técnicos e científicos da sociedade em geral, tanto indígenas quanto não-indígenas. Souza (2008) sugere que para melhor atuação nas escolas, os professores sejam da própria comunidade indígena, fazendo parte das mesmas vivências que o aluno.

Sobre os projetos educacionais, os docentes afirmaram que o colégio considera os aspectos regionais e históricos da comunidade indígena Tuxá. Destacando que tem-se as sextas culturais, onde os professores e alunos se reúnem e um ancião da comunidade conta histórias, ensina a fazer artesanato, dançar o toré, a preparar e a efetuar a pintura corporal, falar sobre as ervas medicinais, jogos e brincadeiras tradicionais, entre outros. No mês de abril, a escola realiza um projeto para fortalecimento étnico e combate as ideias errôneas sobre a população indígena com exposição e divulgação da cultura Tuxá.

5 | CONCLUSÃO

Conclui-se a necessidade de reformulação do Projeto Político Pedagógico da escola adequado e coerente com as idiosincrasias do ensino indígena, que considere as particularidades locais da aldeia Tuxa e possibilite a valorização e o fortalecimento da cultura tradicional.

Fica evidente na pesquisa que os livros didáticos disponibilizados pelo poder público não se diferem dos ofertados para a educação formal, utilizados pelas escolas da rede municipal de Ibotirama. Isso denota, a necessidade de maior investimento em livros e materiais didáticos contextualizados ao ensino indígena.

Uma questão pertinente a ser sugerida para Secretaria Estadual de Educação é em relação à formação continuada, ficando nítido que há necessidade de uma maior oferta dessas atividades ao longo do ano letivo, e que as mesmas sejam realizadas dentro da aldeia de modo a facilitar o acesso pela comunidade docente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J.N. Escola Indígena Pataxó da Jaqueira em Porto Seguro BA: uma análise da organização estrutural e sua influência na aprendizagem. **Revista Científica de iniciación a la investigación**. v. 2, n. 2. p. 93-107. 2017.
- BARTOLOMÉ, M.A. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, v.12, n. 1, p. 39-68. 2006.
- BERGAMASCHI, M.A; MEDEIROS, J.S. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n.60, p. 55-75. 2010.
- BRASIL. **Lei n. 11.645 de 10 de março de 2008**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10101-lei-11645-10-03-2008&Itemid=30192> Acesso em: 12 dez. 2019.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica. PARECER 14/99. Kuno Paulo Rhoden. 14 set. 99. **Documenta**, n.14/99. p. 36, 1999.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei Educacional Brasileira. Lei nº 10.172 de 09 de janeiro 2001. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 09 de jan, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 dez. 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2019.
- BRUNO, M. M. G; COELHO, L. L. Discursos e práticas na inclusão de índios surdos em escolas diferenciadas indígenas. **Educação e Realidade**, v. 41, n. 3 p.681-693. 2016.
- CRUZ, F.S.M. **27 anos da UHE Itaparica: Educação e empoderamento entre os Tuxá de Rodelas, Bahia**. 2017. 20f. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- FREIRE, J.V.F.F. **Da assimilação à conquista do direito à diferença: educação escolar indígena no Brasil**. 2013. 664f. Monografia apresentada como ao Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília. Brasília. 2013.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20506-indigenas.html>> Acesso em: 06 fev. 2020.

- KOEPPE, C.H.B; BORGES, R.M.R; LAHM, R.A. O ensino de ciências como ferramenta pedagógica de reconstrução das representações escolares sobre os povos indígenas. **Revista Ensaio**, v. 16, n. 1, p. 115-130. 2014.
- LOPES, E.T. Ensino-Aprendizagem de Química na Educação Escolar Indígena: O Uso do Livro Didático de Química em um Contexto Bakairi. **Química nova escola**. v. 37, n 4, p. 249-256. 2015.
- MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. Ed. 5. São Paulo: Atlas. p. 310. 2003.
- MARQUI, A.R; BELTRAME, C.B. As experiências Xikrin e Baniwa com os conhecimentos tradicionais nas escolas. **Revista Universitas humanística**, n.84, p. 239-261. 2017.
- MIZETTI, M.C.F. **O desafio do ensino de ciências nas escolas indígenas do Rio Grande do Sul**. 2017. 85f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.
- MIZETTI, M.C.F; TEIXEIRA, M.R.F; KROLOW, I.R.C. Escolas indígenas: desafios à introdução do ensino de ciências no ensino fundamental. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 11, 2017. **Anais...** Florianópolis, SC. 2017. p. 1-8.
- OLIVEIRA, S.R. Ensino de História indígena: trabalhando com narrativas coloniais e representações sociais. *In*: PORTUGAL, A.R; HURTADO, L.R. (Orgs.). **Representações culturais da América indígena**. São Paulo: Editora UNESP, 2015. p. 59-80.
- PEREIRA, C.L; MACIEL, M.D. A alfabetização científica e tecnológica no ensino de ciências naturais indígena do Brasil. **Imagens da Educação**, v. 4, n. 3, p. 73-84, 2014.
- RUSSO, K; PALADINO, M; **Ciências, tecnologias, artes e povos indígenas no Brasil: Subsídios e debates a partir da Lei 11.645/2008**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2016.
- SALOMÃO, R.D.B. **Etnicidade, territorialidade e ritual entre os Tuxá de Rodelas**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). 2006. 185f. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- SANTOS, J.M. **Cultura material e etnicidade dos povos indígenas do São Francisco afetados por barragem: Um estudo de caso dos Tuxá de Rodelas, Bahia, Brasil**. 2008. 94f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- SANTOS, L.G. **O índio brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.
- SANTOS, R.B; SERRÃO, M.C. Educação Escolar Indígena em Escolas Urbanas: realidade ou utopia? **Revista eletrônica de mutações**. v. 5, n. 15, p. 210-225. 2017.
- SILVA, C.R; GOBBI, B.C; SIMÃO, A.A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 7, n. 1, p. 70-81. 2005.

SILVA, J.N. **Educação escolar indígena: Narrativas de experiências educativas e interculturalidade no ensino de Biologia**. 2019. 87f. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Biológicas. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SILVA, M.S.S; LINHARES, M.I.S.B. O jovem e a educação indígena Tremembé de Almofala no Ceará. **Revista Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 3, p. 1-12. 2018.

SOUZA, S.M.F. **Saberes docentes, saberes indígenas: Um estudo de caso sobre o ensino de ciências entre o povo Xukuru do Ororubá**. 2008. 122f. Dissertação (Mestrado de Ensino das Ciências). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2008.

TAMAYO-OSORIO, C. Currículo escolar, conocimiento [matemático] y prácticas sociales: posibilidades otras en una comunidad indígena Gunadule. **Educación e Pesquisa**, v. 42, n. 4, p. 903-919. 2016.

VIEIRA, E.F.S; SANTOS, R.L; CARELLI, L. identificação de território indígena: uma reconstrução histórica e geopolítica do povo tuxa (Rodelas - BA), In: Simpósio brasileiro de sensoriamento remoto, 17, 2015 João Pessoa-PB. **Anais...** João Pessoa-PB: INPE, 2015.p. 7133-7140.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aldeia Tuxa 51

Amazônia 13, 17, 43, 44, 45, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 105, 130, 160, 175, 218, 250, 252, 259, 269

Ancestralidade 89, 90, 92, 97, 98, 100, 101, 104, 113, 151, 152, 156, 157, 158

Audiovisual 99, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 116

C

Comunidades Nativas 160, 162, 165, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184

Construção de Currículo 13

Criança Guarani 1

Curtas Metragens 107, 109

D

Descolonização 89

Disputa 229, 235, 243, 249, 274

E

Educação Escolar 1, 2, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 21, 22, 27, 30, 35, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 70, 75, 76, 121, 202, 203, 206, 207, 208, 210, 216, 224

Educação Intercultural 8, 14, 22, 24, 35, 63

Escolas Indígenas 7, 8, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 26, 29, 32, 34, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 67, 68, 74, 76, 92, 202

Escravidão Indígena 248

Espiritualidade 94, 141, 146, 148, 156, 158

I

Indígenas Karipuna 258

L

Léxico Indígena 77, 80, 81, 83, 85

Língua Ameaçada 12, 202

M

Memórias 10, 65, 66, 88, 89, 91, 92, 95, 102, 110, 116, 119, 132, 135, 144

O

Oralidades 119

P

Políticas 15, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 48, 54, 64, 65, 67, 68, 75, 89, 111, 123, 127, 129, 136, 145, 149, 163, 178, 191, 200, 202, 203, 204, 205, 208, 214, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 244, 249, 251, 253, 270, 277

Políticas de Fortalecimento 202

Práticas Inclusivas 23, 24, 29, 31, 33, 34

R

Resistências 90, 132, 144, 271



Culturas e História dos Povos Indígenas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Atena
Editora

Ano 2020



Culturas e História dos Povos Indígenas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Atena
Editora

Ano 2020